

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**VI Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP**

**Pôster: O Voto Econômico na Argentina: uma análise da percepção econômica  
e da popularidade presidencial**

**São Paulo - SP  
Abril/2016**

## **Informações Gerais**

### **VI Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP**

#### **Pôster:**

O Voto Econômico na Argentina: uma análise da percepção econômica e da popularidade presidencial

#### **Orientadora:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lorena Guadalupe Barberia  
lorenabarberia@usp.br  
<http://lattes.cnpq.br/1819969410137713>

#### **Aluno de iniciação científica:**

Erik Akio Higaki  
erik.higaki@usp.br  
<http://lattes.cnpq.br/7951917613887956>

## **Resumo**

Este trabalho explora as relações entre os indicadores econômicos, a percepção econômica e a popularidade presidencial na Argentina. Entende-se por percepção econômica as variáveis que mensuram o bem-estar dos eleitores diante a conjuntura econômica. A popularidade presidencial é a aprovação obtida pelo incumbente. Ambas as variáveis foram construídas a partir de um banco de dados inédito, elaboradas através de pesquisas de opinião pública dos institutos Roper/Romer, Mora y Araujo e IPSOS. O estudo examina os governos argentinos do período da redemocratização, entre 1984 e 2014, e apresenta as estatísticas descritivas da aprovação presidencial e das variáveis de percepção econômica dos eleitores. A pesquisa se baseia na teoria do voto econômico, que afirma a existência da tendência do eleitor atribuir a responsabilidade da situação econômica no incumbente. Assim, quando a percepção do eleitorado sobre a economia é predominantemente negativa, por exemplo, espera-se que o eleitorado puna o incumbente e que a taxa de aprovação do presidente, conseqüentemente, diminua. Por último, por se tratar de uma democracia em desenvolvimento com sistema partidário dinâmico e volátil, o estudo pretende captar os efeitos da economia no sistema partidário e dos partidos políticos no comportamento eleitoral.

**Palavras-chave:** voto econômico; comportamento eleitoral; aprovação presidencial; eleições presidenciais; partidos políticos; sistema partidário; América Latina; Argentina.

## 1. Introdução

Este trabalho explora como os fatores econômicos e a percepção dos eleitores influenciam as variações da popularidade presidencial no Brasil. A pesquisa se baseia na teoria do voto econômico, que afirma a existência da tendência do eleitor atribuir a responsabilidade da situação econômica ao incumbente. Assim, quando as taxas de inflação e/ou desemprego estão crescentes ou quando a avaliação dos eleitores sobre a economia é negativa, por exemplo, espera-se que o eleitorado puna o incumbente e que a taxa de popularidade do presidente, conseqüentemente, diminua.

A popularidade presidencial é a variável dependente do estudo e expressa a satisfação do eleitorado sobre o incumbente. John Mueller (1970) foi o primeiro autor a utilizar esse termo em um artigo ao analisar os impactos da economia nas eleições presidenciais nos Estados Unidos, texto que se tornou um clássico na literatura sobre o voto econômico. No entanto, a variável é mensurada de forma distinta, como explicaremos na seção seguinte. As variáveis explicativas utilizadas são indicadores macroeconômicos e variáveis que expressam a percepção econômica dos eleitores.

Na primeira parte do estudo exploro as relações entre os indicadores macroeconômicos e a percepção dos eleitores sobre a economia. A segunda parte é dedicada a análise das variações da popularidade do presidente, dos indicadores econômicos e da percepção dos eleitores em governos no período pós-redemocratização - de Raúl Alfonsín (UCR), entre 1983 e 1989, ao segundo mandato de Cristina Fernández Kirchner (PJ), entre 2012 e 2015.

## 2. A teoria do voto econômico

A teoria do voto econômico resume-se por um comportamento eleitoral orientado por fatores econômicos. Anthony Downs (1957) foi um dos primeiros cientistas políticos a introduzir a ideia da escolha racional dos eleitores por seus candidatos ou partidos, como se os eleitores fossem consumidores e os partidos fornecedores daquilo que o eleitorado carece. A pergunta central da teoria do voto econômico é se a performance do governo influencia a decisão dos eleitores. Para responder esta questão, toma-se normalmente como explicação a noção de que os eleitores escolhem os candidatos com base em sua influência econômica. Em geral, os agentes que conduziram a prosperidade econômica são recompensados nas urnas, enquanto aqueles que são considerados responsáveis pelo declínio são punidos. Entram aí como medida, comumente, o nível de desemprego, a taxa de inflação e o crescimento econômico.

Mueller (1970) contribuiu a esta literatura para o caso americano. Mesmo com métodos limitados, fez um detalhado trabalho testando a teoria do voto econômico na aprovação presidencial dos Estados Unidos, entre 1945 e 1969. Obteve significativos resultados ao testar a variável “popularidade presidencial” (aprovação de governo), como dependente, com as variáveis “coalizão de minorias”, “crise econômica” (taxa de desemprego) e “guerra”, como explicativas. Com exceção do governo Eisenhower, Mueller concluí que os eleitores responsabilizaram os presidentes pela situação econômica. Diferente dos outros períodos, o estudo do mandato do presidente Eisenhower não apresenta evidências significativas de declínio da popularidade. O fenômeno é explicado pela figura carismática do presidente, pelo fato de ter sido considerado o líder que terminou a guerra da Coréia, por ter um programa de governo que dispersou as minorias e por ter exercido seu mandato em um período nacional de controle da “crise moral”.

Este trabalho de pesquisa será desenvolvido principalmente com base nas ideias desse autor. A intenção é então tentar replicar o argumento daquele estudo pensando no caso do Brasil e da Argentina. Apesar das limitações presentes em tal intento, é importante começar como as explicações fundantes desta agenda de pesquisa.

### 3. O caso da Argentina

Os sistemas políticos e partidários das democracias latino-americanas passam por constantes crises de legitimidade, atribuindo diferentes dinâmicas aos partidos políticos. Segundo Hochstetler e Friedman (2008), as suscetíveis crises são desdobramentos da fragmentação e dos frágeis vínculos entre partidos e sociedade. As autoras afirmam que o eleitor está deixando de ser ator político – um participante efetivo e direto do jogo político – e está agindo cada vez mais como um “consumidor”, que orienta suas escolhas a partir daquilo que os partidos podem oferecer. Nesse cenário, em que partidos não desenvolvem com sucesso o papel de representar os eleitores, os problemas e agravamentos econômicos ou de ordem institucional podem ser o estopim para as crises de representação e legitimidade.

O sistema partidário da Argentina é caracterizado pelo baixo grau de fragmentação. Os arranjos institucionais são decisivos para explicar essa configuração: o arranjo argentino é baseado nas eleições legislativas com listas partidárias e representação proporcional, na eleição presidencial em dois turnos, na eleição indireta do Senado por assembleias das províncias e pelo federalismo.

#### 3.1. Contextualização

##### Mandatos presidenciais na Argentina

Presidente	Partido	Mandato(s)	Principais Eventos
Raúl Alfonsín	UCR	1983-1989	Governo reconhecido por reestabelecer a vigência das instituições republicanas e dos direitos e das garantias constitucionais.
Carlos Saúl Menem	PJ	1º.: 1989-1995	Estabilização econômica: políticas neoliberais para combater a inflação. A queda da inflação proporcionou uma nova vitória com larga vantagem em 1995. As políticas econômicas fracassam. Embora a inflação estivesse controlada, a taxa de desemprego sobe paulatinamente.
		2º.: 1996 -1999	
Fernando de laRúa	UCR	1999-2001	Ficou apenas dois anos no poder. A grave crise econômica argentina que se iniciou em 2001 resultou em grandes manifestações populares que causaram, por fim, o impeachment de Fernando de laRúa.
Adolfo Rodríguez Saá	PJ	22/12/2001-30/12/2001	Presidente interino eleito pelo Congresso Nacional e que substituiu Fernando de laRúa. Sua principal ação, em apenas 7 dias no poder, foi a suspensão do pagamento da dívida externa.
Eduardo Duhalde	PJ	2002-2003	Diante fortes mobilizações populares, Eduardo Duhalde antecipou em seis meses a eleição presidencial. Apoiou o vitorioso Néstor Kirchner.
Néstor Kirchner	PJ	2003-2007	Os primeiros atos do governo foram a renegociação e a auditoria da dívida externa. O governo é reconhecido pelos expressivos investimentos em políticas sociais, com destaque para a educação.
Cristina	PJ	1º.: 2008-2011	Governos marcados pela redução da pobreza, pela criação de 3,5 milhões postos de trabalhos e pelo

Fernández Kirchner		2º.: 2012-2015	crescimento do PIB. No campo dos Direitos Humanos, Cristina Kirchner aprovou o matrimônio igualitário.
-----------------------	--	----------------	--

*Tabela 01 – Mandatos presidenciais e principais eventos na Argentina após a redemocratização*

O governo de Raúl Alfonsín e o primeiro mandato de Carlos Menem foram relativamente estáveis na esfera política. As políticas neoliberais de Menem, contudo, resultaram em uma aguda crise econômica e política em 2001. Em decorrência dessa crise, Fernando de La Rúa, da União Cívica Radical (UCR), foi afastado da presidência através de um impeachment. Desde então, a UCR não voltou a ter vitória na disputa presidencial com candidato próprio. Os mais destacados e duradouros mandatos após a queda do presidente da UCR foi o de Nestór Kirchner e de Cristina Kirchner, reconhecidos pela relativa estabilização da economia e pelos expressivos investimentos em políticas sociais.

### **3.2. O sistema partidário**

O sistema partidário argentino, até 2001, era marcado pelo bipartidarismo e considerado moderado (Hochstetler e Friedman, 2008), com a presença do protagonismo do Partido Justicialista (PJ) e da União Cívica Radical (UCR) – além de partidos de médio porte. A política neoliberal da gestão do presidente Carlos Menem, durante a década de 1990, acarretou em uma crise econômica aguda e culminou, nas eleições de 2001, com uma crise de legitimidade e confiança nos partidos políticos. Houve um rearranjo do sistema partidário e das forças políticas, resultando em uma nova configuração de fragmentação, que perdura até hoje, caracterizada pela desnacionalização do sistema partidário e pelo fortalecimento da atuação dos partidos através do domínio local. Segundo Sanchez (2005), o sistema, após 2001, se tornou altamente fluido. A UCR implodiu entre as dominações locais, desaparecendo das disputas presidenciais. O peronista PJ, ao contrário, se fortaleceu como força nacional e foi a única, até 2011, capaz de lançar candidatos competitivos, devido a sua capacidade de se unificar em torno de um projeto político e de um candidato. Em 2015, no entanto, os peronistas foram surpreendidos com a vitória acirrada da coalizão Proposta Republicana (PRO), que levou Maurício Macri à Presidência.

#### 4. Revisão da Literatura

Entre os mais notáveis cientistas políticos que estudaram a teoria do voto econômico através de estudos de caso na América Latina, destaca-se Weyland, que elaborou três significantes obras sobre o Peru e a Venezuela. Dentre os estudos, dois são baseados em governos considerados autoritários – o de Fujimori e de Hugo Chávez – e o outro em um governo democrático – o de Carlos Andrés Pérez.

O primeiro trabalho, publicado em 1998, foi reflexo de uma pesquisa sobre o voto econômico que estava sendo realizado nos Estados Unidos. O autor utilizou esse estudo como modelo e aplicou na Venezuela no período entre 1989 e 1993, no segundo mandato presidencial de Carlo Andrés Péres, com o intuito de responder se o comportamento do eleitorado venezuelano é semelhante ao do estadunidense. Com base em dados agregados, disponibilizados pelo instituto de pesquisa venezuelano Consultores 21 (N= 1500), o autor aplicou o modelo de regressão multivariado. A variável dependente utilizada foi a popularidade do incumbente – no caso, a proporção de eleitores que conheciam o presidente Carlo Andrés Pérez -, convertida para “aprovação do presidente”. As variáveis explicativas foram: a percepção do eleitorado sobre a economia; alguns eventos relevantes no período estudado; as eleições regionais e municipais; e a percepção sobre o clientelismo e a patronagem nas eleições. Os resultados confirmaram a principal semelhança: os venezuelanos, assim como os estadunidenses, orientam suas ações futuras através das experiências passadas. Contudo, a pesquisa mostrou que, ao contrário do eleitorado dos Estados Unidos, que se preocupa predominantemente com a economia do país como um todo, os venezuelanos se preocupam mais com os fatores da economia local – aquela que os afetam diretamente.

O segundo trabalho, publicado em 2000, explorou o desempenho do presidente peruano Fujimori, entre 1992 e 1997. Por se tratar de um governo considerado autoritário, essa pesquisa não pode ser equiparada aos trabalhos feitos em países com regimes democráticos. Nesse estudo, no entanto, sua principal questão de pesquisa era acerca do comportamento eleitoral em um contexto de crise. Sendo assim, sua hipótese principal era a de que uma crise tenderia a implodir a aprovação do incumbente.

O autor faz uma análise temporal (mensal) com dados fornecidos pelo instituto peruano Apoyo (N=500). Para aplicar o modelo de regressão multivariado, o autor não utilizou dados agregados. A variável dependente utilizada foi a “aprovação de governo”. Essa variável foi obtida a partir da seguinte pergunta do questionário: “Em geral, o sr./sra. Poderia dizer que aprova ou desaprova a gestão do presidente Fujimori?”. As variáveis independentes utilizadas foram: a avaliação do governo anterior; a proporção de eleitores que apoiavam a política do presidente contra a guerrilha; a aprovação da política econômica do presidente; variáveis referentes à eventos relacionados com o combate as guerrilhas; e a aprovação do autogolpe de Fujimori, em 1992. Os resultados obtidos reforçaram a importância da economia na



determinação do voto do eleitor, pois os fatores econômicos são constantemente relevantes para o eleitor, enquanto eventos políticos, como as ações contra a guerrilha, são preocupações efêmeras.

No seu terceiro estudo, Weyland (2003) voltou a estudar a Venezuela e explorou os fatores que levaram Hugo Chávez à vitória na eleição presidencial de 1998. Assim como no caso do presidente peruano Fujimori, esse estudo também trata de um presidente considerado autoritário. Nesse caso, o autor quer verificar se as variáveis políticas e ideológicas possuem maior influência estatística no total de votos obtidos na eleição do que as variáveis do voto econômico. Suas hipóteses principais – e inéditas na literatura – são: (I) o incumbente pode ser reeleito mesmo em situação de instabilidade e crise, caso o eleitorado não acredite que a oposição resolverá os principais problemas do país; (II) o partido não-incumbente também pode ser responsabilizado pela crise econômica, caso tenha estado no poder anteriormente.

Para essa pesquisa, o autor utiliza survey pré-eleitoral disponibilizado pelo instituto venezuelano Datos (N=1500). É aplicado o modelo de regressão multivariado. A variável dependente utilizada foi a proporção de votos obtidas pelo incumbente e as variáveis independentes foram: avaliação da economia; ideologia; e fatores políticos. O autor chegou a conclusão que, segundo as evidências obtidas, o medo de voltar ao passado somado à esperança de um futuro melhor foi o aspecto determinante para a vitória de Hugo Chávez.

#### **4.1. Estudos transnacionais para a América Latina**

Há ainda os estudos transnacionais, referente as inferências para toda a América Latina, tendo como principal fonte de dados as pesquisas de opinião pública do Latinobarômetro.

O primeiro notável estudo foi o de Remmer (1991), que realizou uma análise temporal entre 1982 e 1990 com dados agregados em 21 eleições (N=21), com o intuito de explorar o impacto da crise econômica na política de democracias em desenvolvimento. O autor utilizou o modelo de regressão multivariado. As três variáveis dependentes utilizadas foram: percentual de votos que o incumbente perdeu entre uma eleição e outra; voto no incumbente; e votos recebidos (incluindo a votação dos concorrentes). As variáveis explicativas utilizadas foram: taxa de inflação; crescimento econômico; variação da inflação; e variação do crescimento econômico. Os resultados obtidos evidenciam que todas as variáveis explicativas possuem significativo impacto na perda de votos do incumbente, na variação de votos no incumbente e na variação de votos totais. A taxa de inflação é o fator econômico mais impactante. Esse estudo reforça a hipótese da teoria econômica e descarta a importância de variáveis institucionais como determinantes do voto.

Camargos (2006), assim como Weyland (2000), testou se os eleitores responsabilizavam os incumbentes pelas crises econômicas. O autor utiliza dados agregados com base na análise de 62 eleições em 18 países latino-americanos,

entre os anos de 1980 e 2000. O modelo de regressão multivariado aplicado utiliza o voto no incumbente como variável dependente e utiliza as seguintes variáveis explicativas: performance econômica (crescimento do PIB + inflação + taxa de desemprego); desempenho do incumbente na eleição anterior; e clareza de responsabilidade. O diferencial nessa pesquisa foi a adição da variável “clareza de responsabilidade”, definida como o comportamento da base de apoio ao incumbente no parlamento juntamente com a força do partido do presidente na coalizão. Os resultados confirmaram a hipótese: o autor encontrou significativas evidências para afirmar que a inflação e o desemprego afetam o voto no incumbente na América Latina.

Um outro estudo recente, de Lewis-Beck e Ratto (2013), também segue a mesma linha de pesquisa de Camargos e testa o impacto de crises econômicas no comportamento eleitoral. Com base em dados individuais de variados anos, disponibilizados pelo Latinobarômetro (N = 7000), o estudo abrange doze países latino-americanos. O modelo de regressão multivariado com as variáveis utilizadas foi o seguinte: voto no incumbente (variável dependente) = variável sociodemográfica + ideologia + variáveis de ordem econômica (Martins, 2013). Os resultados obtidos indicam que, embora a ideologia e a distância em meses da eleição anterior tenham significativos impactos na variável dependente, as variáveis de ordem econômicas têm mais impacto no voto no incumbente.

Outra pioneira no estudo transnacional foi Veiga (2013). Com base em 58 eleições para o Executivo e Legislativo (N= 58) entre o período de 1995 e 2010, o estudo explora o impacto da economia no voto do incumbente sem utilizar dados agregados. O modelo de regressão multivariado adotado pela autora leva em consideração os impactos de variáveis exógenas (crescimento do PIB, investimento social e inflação) e endógenas (avaliação subjetiva da economia) no total de votos recebidos pelo incumbente. Sua pesquisa revelou que, além de fatores econômicos, o investimento social – mensurado através dos investimentos gerais feitos em políticas públicas de caráter redistributivo – também impacta de forma significativa o voto do incumbente.

Os trabalhos de Singer (2013) mostram uma preocupação do aprimoramento da metodologia para o estudo do voto econômico na América Latina. O autor analisa uma série temporal de 79 eleições (N = 79) entre 1982 e 2010, disponibilizado também pelo Latinobarômetro. Na aplicação do modelo de regressão multivariado, as variáveis dependentes utilizadas é o saldo entre os votos que o partido incumbente recebeu na eleição anterior e os votos obtidos na eleição da análise. Singer opta por escolher as principais variáveis explicativas utilizadas com frequência pelos estudos em países de “democracia consolidada” (crescimento econômico, inflação e desemprego). Assim como Weyland, o autor também chega a conclusão que as demandas dos eleitores são voláteis, mudando constantemente conforme o contexto. Os resultados encontrados indicam que o crescimento econômico é a variável explicativa com maior impacto no voto. Além disso, após os

períodos de crises econômicas e de alta na inflação, a preocupação dos eleitores latino-americanos tende a ser questões não econômicas, tais como a taxa de pobreza e taxa de criminalidade.

## **5. Metodologia**

O trabalho é baseado em estatísticas descritivas. A análise temporal dos dados é feita em séries mensais.

A variável dependente, a "popularidade presidencial", foi construída a partir da proporção de pessoas que consideram o desempenho do presidente "ótimo" e "bom". Esses dados, que contemplam o período entre 1984 e 2014, foram extraídos de dois institutos: Romer e IPSOS.

As variáveis explicativas, como já mencionado, são indicadores macroeconômicos e as variáveis de percepção dos eleitores sobre a economia.

## 6. Considerações Finais

Os governos argentinos, no período da pós-redemocratização, adotaram distintas medidas econômicas em diferentes momentos históricos. Analisamos, entre os mandatos de Alfonsín à Kirchner, as dinâmicas da popularidade presidencial e do sistema político sob a variação da situação econômica e da percepção dos eleitores sobre a economia.

A análise das estatísticas descritivas e dos gráficos, na maior parte do período estudado, evidenciou que a avaliação presidencial, atribuída pelos eleitores, é relevantemente impactada pela conjuntura econômica. Em momentos de ascensão positiva dos indicadores econômicos, como no primeiro mandato de Menem e nos mandatos de Kirchner, a percepção econômica dos eleitores e a popularidade presidencial têm significativos aumentos. O inverso também ocorre: em situações de instabilidade e crise econômica, como no final do segundo mandato de Menem, a percepção econômica e a popularidade presidencial seguem a tendência de queda.

Podemos também considerar a influência da economia no sistema partidário. A partir de 2000, no segundo mandato de Menem, devido as políticas neoliberais adotados nos últimos anos, a Argentina entrou em uma profunda crise econômica e política. A crise impulsionou o rearranjo do sistema partidário, reconfigurando a disputa de interesses e no jogo político.

Em resumo, este trabalho evidencia que a conjuntura econômica, expressa através dos indicadores macroeconômicos e da percepção dos eleitores sobre a economia, tem relevante influência sobre a popularidade do incumbente e sobre o sistema partidário. A economia pode ser decisiva na escolha dos governantes pelos eleitores e no rearranjo da disputa e organização política.

## 7. Referência Bibliográfica

CAMARGOS, M. (2006). Economia e eleições na América Latina: refinando a teoria do voto econômico. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30. Anais... Caxambu, 27 a 30 de outubro de 2006.

DOWNS, A. (1957). *An Economic Theory of Democracy*. Nova Iorque: Harper.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. (2006). "Poder na Agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo multipartidário" in SOARES, Gláucio A.D. e RENNÓ, Lúcio R. *Reforma Política. Lições da História Recente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

HOCHSTETLER, Kathryn e FRIEDMAN, Elisabeth Jay. (2008). Representação, Partidos e Sociedade Civil na Argentina e no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v.21, n.52, p.47-66, jan/Abr.

LAMOUNIER, Bolívar. (1992) "Estrutura institucional e governabilidade na década de 90". In Reis Velloso, João Paulo dos (org.). *O Brasil e as reformas políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio.

MAINWARING, Scott. (2001). *Sistemas Partidários em Novas Democracias – o Caso do Brasil*. Rio de Janeiro. Editora da FGV. 2001. Caps 4 e 5. Págs. 127-221.

MARTINS, Flávia Bozza. (2013). O voto econômico na América Latina: estado da arte. *Paraná Eleitoral*, v.2, n. 3, p. 441-461.

MELO, Carlos Ranulfo Felix. (2010). Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 4, pp. 13-41.

MUELLER, John E. (1970). Presidential Popularity from Truman to Johnson. *The American Political Science Review*, vol. 64, n.1, p. 18-34.

LEWIS-BECK, M.; RATTO, M. C. (2013). Economic Voting in Latin America: A General Model. *Electoral Studies*, n. 32, p. 489-493

REMMER, K. (1991). The Political Impact of Economic Crisis in Latin America in the 1980s. *American Political Science Review*, vol. 85, n. 3, dezembro, p. 777-800.

SANCHEZ, Omar. (2005) Argentina's landmark 2003, presidential election: renewal and continuity. *Bulletin of Latin American Research*, [S.l.], v.24, n.4, p. 454-475.

SINGER, M. (2013). Economic Voting in an Era of (Non) Crisis: The Changing Electoral Agenda in Latin America 1982-2010. *Comparative Politics*, vol. 45, n.2, janeiro, p.169-185.

VEIGA, L. (2013) Economic Voting in an Age of Growth and Poverty Reduction: Electoral Response in Latin America (1995-2010). *CSD Working Papers*. Irvine, CA: Center for the Study of Democracy.

WEYLAND, K. (1998). Peasants or Bankers in Venezuela? Presidential Popularity and Economic Reform Approval 1989-1993. *Political Research Quarterly*, vol.51, n. 2, junho, p. 341-362.

\_\_\_\_\_. (2000). A Paradox of Success? Determinants of Political Support for President Fujimori. *International Studies Quarterly*, n. 44, p. 481-502.

\_\_\_\_\_. (2003). Economic Voting Reconsidered: Crisis and Charisma in the Election of Hugo Chávez. *Comparative Political Studies*, vol. 36, n. 7, setembro, p. 822-848.